



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**

**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº  
012/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM VICENTE  
ANTÔNIO DE ARAÚJO E A SECRETARIA DE  
ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD  
PARA ADEQUAÇÃO DE EMPREENDIMENTO À  
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento, VICENTE ANTÔNIO DE ARAÚJO, qualificado conforme o Anexo Único deste Termo, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC** perante a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE NOROESTE DE MINAS), com endereço na Rua Jovino Rodrigues Santana nº 10, Bairro Nova Divinéia, Unai/MG, CEP 38.613-094, neste ato representado pelo seu Superintendente, qualificado conforme o Anexo Único deste Termo, doravante denominado **COMPROMITENTE**, nos termos dos artigos 32, § 1º e 108, § 3º, do Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018, observadas as cláusulas e condições seguintes:

**Considerando** que, conforme o previsto no art. 225, *caput*, da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo caracterizado como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas”, consoante o art. 3º, I, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

**Considerando** que o art. 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, prevê que aquele que estiver exercendo as atividades sem licença ambiental ou autorização ambiental competente terá as suas atividades suspensas até que obtenha licença ambiental ou autorização devida ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização;

**Considerando** o art. 32, § 1º, do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, que prevê a possibilidade de continuidade de operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo por meio da assinatura de TAC junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento;

**Considerando** que a penalidade de suspensão parcial ou total de atividade prevalece até que o infrator obtenha a regularização ambiental ou firme TAC com o órgão ou entidade competente para regularização ambiental da atividade,

  
**Cleibson Rodrigues de Oliveira**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPRAM NOROESTE



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

independente de decisão nos autos do processo administrativo, nos termos do art. 5º, § 5º, do Decreto Estadual nº 47.838/2020.

**Considerando** a lavratura do Auto de Infração nº 299585/2022, referente à infração prevista no art. 3º, código 106, do Decreto Estadual nº 47.838/2020 - Instalar, construir, testar, funcionar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a devida licença ambiental, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente;

**Considerando** que o COMPROMISSÁRIO solicitou a assinatura do TAC, conforme protocolo SEI nº 27698683, Processo nº 1370.01.00018189/2021-84;

**Considerando** a propositura de TAC pelo COMPROMISSÁRIO e a apresentação do Relatório Técnico de Situação Ambiental do Empreendimento que apresentou a caracterização e as medidas de controle ambiental, o mesmo foi fiscalizado remotamente em 26/07/2022, conforme Auto de Fiscalização nº 224967/2022;

**Considerando** que a análise dos aspectos técnicos e de conformidade processual realizada pelo órgão ambiental constatou a possibilidade da continuidade da operação do empreendimento Fazenda Chamel e Gameleira Lugar Peri Peri, localizado nos Municípios de Lagoa Grande e Presidente Olegário/MG, mediante execução das medidas impostas neste TAC.


Resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, de acordo com as seguintes disposições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DE COMPROMISSO**

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos para adequação do empreendimento Fazenda Chamel e Gameleira Lugar Peri Peri à legislação ambiental, incluídas a devida regularização ambiental, a execução do controle de suas fontes de poluição e a reparação dos danos eventualmente causados, para continuidade de sua operação, conforme CLÁUSULA SEGUNDA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O objeto deste TAC compreende a operação das seguintes atividades listadas na DN COPAM nº 217/2017:

- G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - 1.412,50 ha (Porte G, Classe 4);
- G-01-01-5 – Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - 582 ha (Porte G, Classe 4);

  
Cletânio Rodrigues de Oliveira  
SECRETÁRIO ADJUNTO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE NOROESTE DE MINAS



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

- G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo – 401,11 ha (Porte P, Classe 2);
- G-02-08-9 – Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento – 700 cabeças (Porte P, Classe 2);
- G-05-04-3 – Canais de Irrigação – 10,03 km (Porte M, Classe 3);
- F-06-01-7 - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - 15 m<sup>3</sup> (Não Passível).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Por se tratar de uso(s) de recurso(s) hídrico(s) já existente(s) no empreendimento, necessário(s) à continuidade da operação do mesmo, e que está(ão) em processo de regularização ou já está(estejam) regularizado(s) junto ao órgão ambiental competente, o presente TAC contempla o(s) seguinte(s) uso(s) de recursos hídricos:

<b>Tipo de Captação</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Vazão</b>	<b>Regularização</b>
14 Captações em Poço tubular	Irrigação	-	Portarias nº 1702223/2020, 1702223/2020, 1702240/2020, 1702236/2020, 1702238/2020, 1702237/2020, 1702239/2020, 1702242/2020, 1700353/2022, 856/2018, 1700351/2022, 1700352/2022 e as demais a regularizar no processo de licenciamento
2 Captação em Poço tubular	Consumo Humano	-	2110021/2021 e outra a regularizar no processo de licenciamento
Captação direta (Rio da Prata)	Irrigação	-	1705511/2021
Captação direta (Rio da Prata)	Irrigação	-	1701188/2018
Captação direta (Rio da Prata)	Irrigação	-	383/2018
Captação direta (Cór. Fundo)	Irrigação	-	1706828/2019



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O presente instrumento não antecipa ou afasta a necessidade de obtenção de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, marcadamente, licença ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, que, por ventura, façam-se exigíveis, é que deverão ser tratadas exclusivamente no âmbito do procedimento administrativo cabível e autorizadas por decisão do órgão competente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA**

Pelo presente termo, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a cumprir as condições e medidas abaixo descritas, observando rigorosamente seus respectivos prazos.

**Item 01:** Formalizar processo de licenciamento ambiental, contemplando todas as atividades desenvolvidas no empreendimento. **Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 02:** Atender às informações solicitadas pelo órgão ambiental responsável no prazo estabelecido, inclusive aqueles referentes ao processo de licenciamento ambiental. **Prazo: Durant a vigência do TAC.**

**Item 03:** Não realizar novas intervenções ambientais ou em recursos hídricos sem o devido documento autorizativo do órgão ambiental competente. **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

**Item 04:** Não ampliar ou implantar novas atividades sem o prévio licenciamento do órgão ambiental. **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

**Item 05:** Não realizar atividade passível de autuação por descumprimento da legislação ambiental e/ou florestal e de recursos hídricos, na vigência do presente termo. O descumprimento desta condição será atestado caso aplicado definitivamente a penalidade. **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

**Item 06:** Não realizar nenhum tipo de intervenção ou atividade na área de influência de cavidades passível de causar alterações negativas em sua condição original, não autorizada ou licenciada pelo Poder Público. Caso não tenha sido delimitada esta área, respeitar o entorno de 250 m em forma de poligonal convexa da projeção horizontal de cada cavidade. **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

**Item 07:** Comprovar a regularização e/ou formalização dos processos de regularização de todos os usos de recursos hídricos junto a SUPRAM NOR, inclusive de barramentos, mesmo que não ocorra captação. **Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 08:** Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como

**Clethson Rodrigues de Oliveira**  
Superintendente Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

dar destinação adequada aos filtros de óleos, estopas contaminadas e sedimentos contaminados a empresas regularizadas ambientalmente, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005. Manter os recibos da destinação na propriedade para atender eventuais fiscalizações. **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

**Item 09:** Comprovar, por meio de relatório técnico-fotográfico, a instalação de tanques sépticos para tratamento dos efluentes sanitários gerados em todas as instalações do empreendimento, de acordo com a NBR 7229/93, complementada pela NBR 13.969/97, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 10:** Comprovar, por meio de relatório fotográfico a adequação do ponto de abastecimento e lavador, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 11:** Comprovar, por meio de relatório fotográfico a adequação do depósito de agrotóxicos e das embalagens vazias, conforme portaria do IMA nº 862 de 29 de agosto de 2007 e ABNT NBR 9843. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 12:** Comprovar instalação de sistema de medição e de horímetro da vazão captada, de forma individualizada para cada intervenção em recursos hídricos, nos termos da nos termos da Portaria IGAM 48/2019. **Prazo: 120 dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 13:** Realizar e apresentar comprovação do cercamento das Áreas de Preservação Permanente - APP's e de Reserva Legal que margeiam as áreas de criação de gado, de modo a impedir o acesso dos mesmos nas referidas áreas. **Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do TAC.**

**Item 14:** Dar destinação sanitária e ambientalmente correta para as carcaças de animais, podendo ser feito o enterro em valas ou compostagens, exceto para o caso de animais mortos por doenças de controle oficial, para as quais se faz necessário o acompanhamento do órgão responsável, de acordo com recomendações específicas. **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

**Item 15:** Apresentar Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – e cronograma executivo para recuperação das intervenções nas áreas de preservação permanente e reserva legal, se for o caso, nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013. Executar integralmente após a aprovação pela SUPRAM NOR. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O COMPROMISSÁRIO deverá comunicar à COMPROMITENTE, 30 (trinta) dias antes do vencimento de qualquer prazo, a impossibilidade de cumprimento de obrigações assumidas, apresentando

**Cleibson Rodrigues de Oliveira**  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SUPRAM NOR MIN



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

requerimento de alteração de prazo ou de conteúdo, instruído com justificativa devidamente comprovada, informando nova data, se for o caso, para execução, sob pena de ser constituído em mora.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As alterações de conteúdo aceitas pela COMPROMITENTE se efetivarão após a emissão de Nota Técnica sucinta e Ofício de informação ao compromissário.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As alterações de prazo aceitas pela COMPROMITENTE serão comunicadas ao COMPROMISSÁRIO mediante ofício.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO**

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da COMPROMITENTE ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face ao COMPROMISSÁRIO, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso julgue necessário, a COMPROMITENTE realizará vistorias na área do empreendimento objeto deste Termo, objetivando verificar o cumprimento das condições e medidas ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará na rescisão do presente TAC e sujeitará o COMPROMISSÁRIO, ressalvados os casos previstos na **CLÁUSULA SEXTA**, ao que segue:

1. Suspensão total e imediata(o) das atividades;
2. Multa de 4.500 Ufemgs por obrigação descumprida (CLÁUSULA SEGUNDA);
3. Adoção imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, no Decreto Estadual nº 47.838, de 09 de janeiro de 2020;
4. Encaminhamento imediato de cópia do processo administrativo que contém o TAC à Advocacia Geral do Estado para execução.

**CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO**

O presente instrumento produz efeitos a partir de sua celebração, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, consoante o disposto no art. 5º, §6º da Lei Federal

Clebson Rodrigues de Oliveira  
SECRETÁRIO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE NOROESTE DE MINAS



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e no art. 784, II, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Este termo é celebrado no uso do dever-poder discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejem nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado, com comunicação ao COMPROMISSÁRIO.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO**

A eventual inobservância pelo COMPROMISSÁRIO de quaisquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393, do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM NOR, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), mediante ofício encaminhado ao COMPROMISSÁRIO.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O encerramento definitivo das atividades da compromissária, por si só, não autoriza o inadimplemento das medidas ajustadas no presente termo, devendo ser analisado pela COMPROMITENTE o cumprimento das medidas acordadas para equacionamento do passivo ambiental gerado.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO**

A assinatura do presente TAC obriga o cumprimento, em todos os termos e condições, ao COMPROMISSÁRIO e seus eventuais sucessores, a qualquer título, responsáveis pelo empreendimento ou atividade.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO SIGNATÁRIO**

O gestor signatário do instrumento é responsável por sua conformidade com a legislação, sendo que, caso se verifique irregularidades, o TAC poderá ser declarado nulo, com responsabilização do agente envolvido.

*Clebson Rodrigues de Oliveira*  
REG. Nº 123456789  
Superintendência NOR 01



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

### **CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente instrumento será de doze meses, com a possibilidade de prorrogação justificada por igual período.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O requerimento para prorrogação do TAC deverá ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do seu vencimento e não importa na sua aprovação automática. A prorrogação do TAC só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes, permanecendo válido até manifestação do COMPROMITENTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A concessão da Licença Operação Corretiva torna sem efeitos as obrigações ainda vigentes constantes da CLÁUSULA SEGUNDA deste TAC, desde que contempladas no processo de regularização ambiental.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Unai, 01 de agosto de 2022.

**Pela COMPROMITENTE:**

Rodrigo de Oliveira  
SECRETÁRIO DE ESTADO

SUPRAM NOR

**Pela COMPROMISSÁRIA:**

Representante legal do empreendimento





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas**

**ANEXO ÚNICO**

Qualificação dos signatários deste Termo de Ajustamento de Conduta, referente ao Processo SEI nº 1370.01.0053789/2021-57, observada a Lei Federal nº 13.709, de 2018:

COMPROMISSÁRIO: VICENTE ANTÔNIO DE ARAÚJO, inscrito no CPF sob o nº 036.939.716-92, pessoa física, com endereço à Rua Bento Pereira Mundim, nº 21, sala 202, Amoreiras I, CEP 38.600-428 no município de Paracatu, MG.

COMPROMITENTE: SEMAD - SUPRAM NOROESTE DE MINAS, representada por Cleibson Rodrigues de Oliveira, MASP 1124163-5, conforme Designação no DOMG- e em 19/07/2022 e conforme delegação de competência contida na Resolução SEMAD nº 3.043, de 14 de janeiro de 2021.

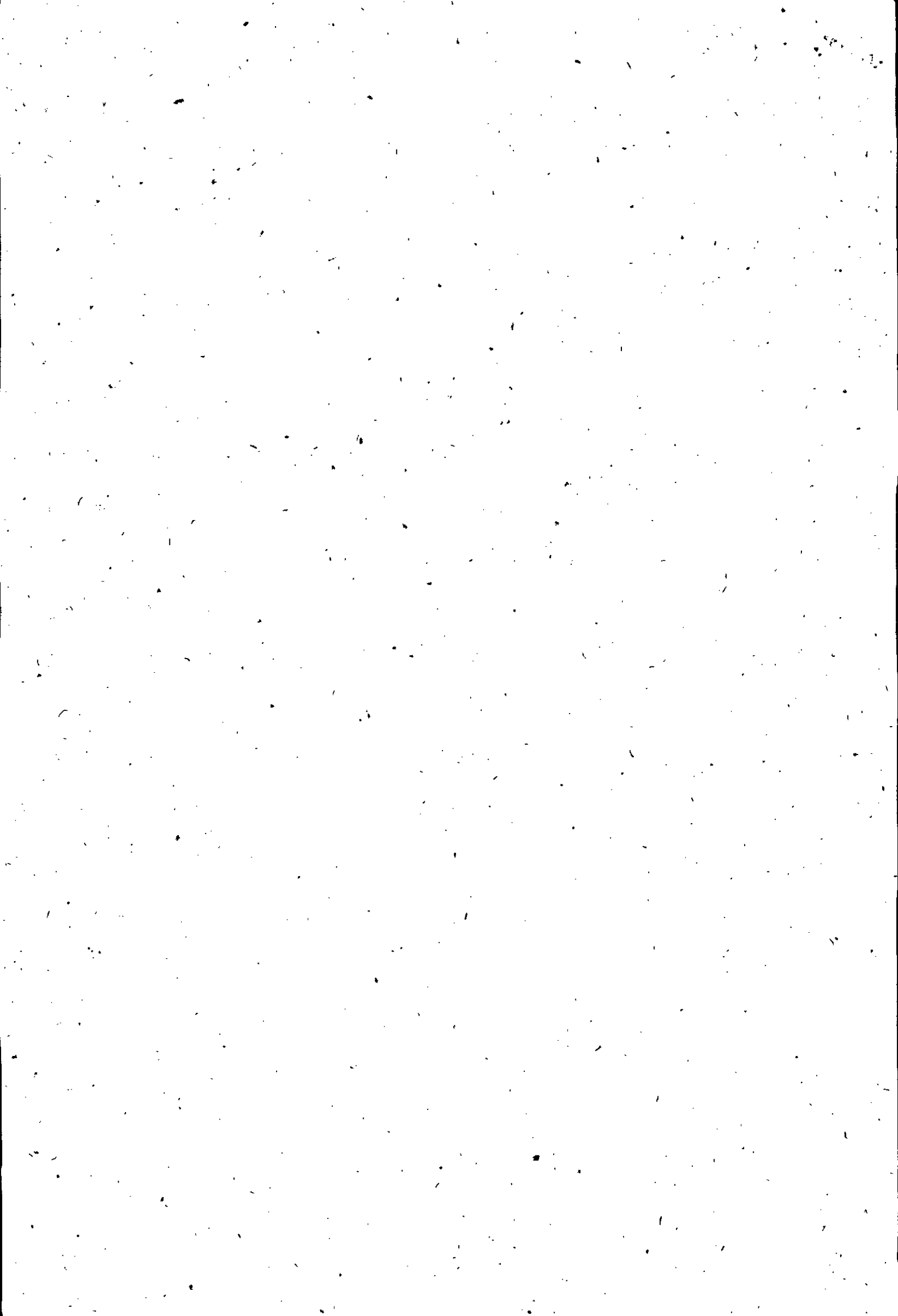
*Rodrigues*

*Cleibson Rodrigues de Oliveira*  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SUPERINTENDÊNCIA NOROESTE

Unai, 01 de agosto de 2022.

*[Assinatura]*

*R*  
*Cleibson Rodrigues de Oliveira*  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SUPERINTENDÊNCIA NOROESTE



MINAS GERAIS

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Superintendência Regional de Meio Ambiente do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

A Diretoria Regional de Administração e Finanças do SUPRAM Minas Sul de Minas tem o prazer de convidar o(a) Sr(a) para participar de uma reunião de trabalho...

QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2022 - 7

III - a ser realizada no município de São João del-Rei, com o objetivo de avaliar o desempenho dos servidores públicos...

Art. 1º - Fica fixada para esta vigência a data de sua publicação. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19.09.2022.

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Discursos/Atas: Maria Jureira de Cruz e Mateus Moraes

PORTARIA Nº 71 DE 20 DE SETEMBRO DE 2022
A DIRETORIA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 88, de 23 de março de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 1.000, de 12 de maio de 2021, e pelo Decreto nº 43, de 22 de agosto de 2002, em sua redação dada pelo Decreto nº 301, de 14 de maio de 2019, e no Decreto nº 119, de 27 de janeiro de 2016, Art. 1º do Conselho Consultivo de unidades de conservação, o fomento...

Art. 1º - Fica fixada para esta vigência a data de sua publicação. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19.09.2022.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Discursos/Atas: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, IGAM São Paulo, em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 1.000, de 12 de maio de 2021, e no Decreto Estadual nº 43, de 22 de agosto de 2002, em sua redação dada pelo Decreto nº 301, de 14 de maio de 2019, e no Decreto nº 119, de 27 de janeiro de 2016, Art. 1º do Conselho Consultivo de unidades de conservação, o fomento...

Art. 1º - Fica fixada para esta vigência a data de sua publicação. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19.09.2022.

Art. 1º - Fica fixada para esta vigência a data de sua publicação. O presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 19.09.2022.



